



A HISTÓRIA DOS CORPOS POLICIADOS À INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SEGREGADA

Anderson Alves RIBEIRO.¹

Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira GUIDO²

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo de descrever as fontes encontradas na extinta Escola Estadual Combinada Anexa ao Educandário Eunice Weaver, no Estado de Minas Gerais e localizada na cidade de Araguari. Sobre esta instituição pretende-se descrever os parâmetros utilizados no ensino aprendizado destas crianças e jovens que eram acolhidas pela instituição e aproximarmos historicamente compreender qual era o projeto educacional que estava sendo planejado. Deste modo, em um recorte temporal de 1945 a 1986, temos quarenta anos de dedicação educacional até a referida escola ser extinta. Para reescrever um pouco o seu contexto escolar e podermos delinear as ações desta jornada pedagógica, dado este direcionado aos alunos (as) advindos da segregação da Lepra e ou Hanseníase.

Umas das questões que nos norteiam à esta pesquisa é a possibilidade de nos questionar sobre a caracterização da pergunta: *É possível conciliar a defesa teórica das liberdades individuais com a realidade das relações políticas e sociais? É possível uma ordem social realmente justa dentro do liberalismo ou seria necessário ir além dele para realizar a verdadeira emancipação humana?* Na qual a visão do homem está imbuída de sua humanidade como um cidadão, munido de direitos, e, em especial os Estados totalitários, cometem contra alguns indivíduos e grupos de indivíduos, alegando que sem a disposição do Estado para garantir tais direitos eles não passariam de uma retórica vazia; pois, sabemos o que esses direitos garantem, porém, quando ficamos em situação de exceção perderíamos, por assim dizer, o nosso direito a ter direitos e com eles perdemos também a nossa garantia aos direitos humanos.

As fontes privilegiadas nesta pesquisa, foram as atas de reuniões pedagógicas, a legislação vigente no decreto nº 5.156, de 8 de março de 1904 (BRASIL, 1904) sobre o instrumento normativo de Oswaldo Cruz, o código Sanitário com a qual mantinha a lepra no elenco de doenças de notificação compulsória. E na proposta metodológica, buscamos

¹ Doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, FAGED. e-mail: teofilo.andim@gmail.com

² Professor Doutor e Orientador da Universidade Federal de Uberlândia, FAGED. e-mail: guido@ufu.br





compreender os passos dados na educação destes educandos segregados e aspectos de aprendizados trabalhados pela instituição. Mesmo que as fontes inúmeras vezes esquecidas, e ou não contava a historiografia a respeito de que eram alunos excluídos e ou segregados.

Para a investigação das fontes, obtivemos a atenção ao aspecto da segregação, na qual tinha algumas implicações perversas: enfermos com hanseníase assavam a conviver com outros indivíduos portadores de outras enfermidades, os quais ao cabo e ao fim, adquiririam a hanseníase e vice-versa. Este diagnóstico é nos apresentados nas atas de reuniões escolares, sobre o cuidado que os professores deveriam ter com os seus alunos e com a comunidade escolar no seu ensino aprendido. Assim, esses documentos, produzidos anualmente, abordavam as políticas educacionais da intendência. Sobre os quais contam relatos das ações políticas do Município, do Estado e do Governo Federal, que permitem perceber quais os problemas sociais que a instituição enfrentou durante as quatro décadas de ensino e quais eram as soluções apresentadas, durante este período.

2. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

No Brasil, a segregação (isolamento) dos portadores de lepra foi uma medida de controle da doença implementada pelo Estado e legitimada pela sociedade ao longo de aproximadamente quatro décadas, entre os anos de 1920 e 1960. A justificativa do isolamento se dava em função do fato de a doença carrega consigo um forte estigma, dos pobres, os desvalidos e miseráveis, “e historicamente estar relacionada com as noções de pecado e corrupção” (Curi, 2002, p.57). A lepra era vinculada às ideias de sujeira, promiscuidade e miséria humana. O leproso era aquele indivíduo com o qual ninguém desejava se relacionar, era um genuíno “indesejável” na sociedade. Além dessa marca, a pouca precisão dos conhecimentos médicos sobre a doença – por exemplo, se era hereditária ou não, como se dava a transmissibilidade e a dificuldade em isolar o bacilo causador da lepra – também contribuía para que a política de isolamento se sustentasse.

Assim como se sabe, a enfermidade apresenta características fisiopatológicas cujas as expressões clínicas enredavam os médicos daquele tempo a saber: 1- uma parte dos indivíduos tem resistência imunológica ao agente etiológico e outros não, deste modo derivando as modalidades de apresentações clínicas e repercussões médico-sanitarista (hoje conhecido como médicos infectologistas) distintas; 2 – Dentro destas razões, durante décadas e até mesmo séculos o ser humano infectado (leproso) era não só o indivíduo o que hoje é considerado





hanseniano, mas todos os casos clínicos em que se revelassem manifestações cutâneas ao longo da evolução de uma enfermidade.

Esta doença ocasionou diversas pessoas a se segregar socialmente, na qual toda a dinâmica direcionada a este público tinha como o objeto de atenção das autoridades sanitárias. O sistema adotado baseava-se segundo o decreto nº 16.300, de 31 de dezembro de 1923, em seu artigo 445 inciso X, que regulariza o departamento Nacional de saúde pública em três elementos fundamentais: 1- notificação obrigatória; 2- exame periódico dos comunicantes, e 3- isolamento em colônias agrícolas, hospitais ou no próprio domicílio doente. Sendo que o isolamento domiciliar era aceito pelas autoridades sanitárias, desde que não oferecessem grandes riscos de contágio.

Neste mesmo decreto em seu artigo 446 do regulamento especifica:

Incumbe fazer a notificação: a) ao médico assistente ou conferente, e, em sua falta, ao chefe da família ou parente mais próximo que residir com o doente ou suspeito, ao enfermo ou pessoa que o acompanha; b) nas casas de habitação coletiva, aos que as dirigem ou por elas respondem, ainda que as notificação já tenha sido feita pelo médico, ou outra pessoa; c) ao tiver a seu cargo a direção de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, colégio, escola, asilo, casa de saúde ou hospital, creche, maternidade, dispensário, policlínicas ou estabelecimentos congêneres onde estiver o doente ou suspeito. Nos casos de lepra a notificação incumbe também ao próprio doente.

Com este mecanismo de notificações de famílias e parentes contaminados, à primeira vista o sistema público ficou sobrecarregado de notificações e precisamente seria necessária uma junção de disposições dada a estes doentes. As estatísticas da época, por certa estimativa subestimava-se aproximadamente 15 mil hansenianos em todo o país, sendo que 90% pobres ou miseráveis. E caracterizando que possivelmente com menor proporção de casos não notificados.

Doravante, tais medidas sanitárias foram adotadas, pelos governos das três esferas, tais como: a criação de preventórios para as crianças que hoje se chamariam de risco; isolamento compulsório dos doentes em leprosários (classificados em colônias agrícolas, hospital, asilo e sanatórios) ou no próprio domicílio; (SILVA ARAUJO, 1927, p.195-253). Sendo que todas estas ações deveriam ser notificadas obrigatoriamente, e, encaminhados aos exames periódicos. Assim, as autoridades médicas procuravam seguir um plano geral de controle e preconizavam a destinação de recursos são somente para as campanhas do combate a lepra, mas também a outras doenças pertinentes da época. Sendo que a União cabia administrar, organizar e financiar





metade das despesas dos serviços de assistência hospitalar às pessoas infectadas pelas endemias.

Portanto, considerada por meio das lesões de silenciamento dos renegados da sociedade, essa pesquisa tem em suas linhas, ações de localizar e dimensionar a história da educação aos adolescentes e jovens inseridos no âmbito da instituição preventório de Araguari- MG. De frente a história da instituição encontramos em seus arquivos inúmeras situações que poderíamos colocar na ação como fonte de pesquisa. Desde: livros de matrículas, atas pedagógicas, diários de classe, folhas de pagamento e o projeto pedagógico dado este com marco de 1980. Contudo, o arquivo mais antigo encontrado neste período foi de 1945, dado este que marca um recorte do tempo e espaço da instituição na cidade de Araguari, que se dá entre 1945 – 1986.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implementação a instituição escolar nos meios socioeducativos, advindos das sociedades dos filhos de lázaros e assumindo a definição de historiador Edward Hallett Carr (1978) de que a história “se constitui por um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o passado e o presente” (p. 29), nos deparamos com outra forte condicionante – o acesso às fontes de informação. Informações estas da Escola Estadual Combinada Anexa ao Educandário Eunice Weaver, que se encontra extinta desde 1986.

Nos arquivos localizados na Escola Estadual São Judas Tadeu, Araguari-MG, é contido de posse toda a documentação da referida instituição de pesquisa, na qual foram encontrados diários escolares que constam a datas de 1945 a 1986. Livro de promoção, livro de atas de reuniões pedagógicas e administrativas, livros de atas das provas finais. Todo este trabalho está anexado nos armários escondidos de uma sala. Por vez, ao se pensar nestas fontes, aborda-se o tema da escrita da história e principalmente da historiografia de uma instituição que pressupõe uma ação, afim de que as fontes possam ser encontradas.

Em um outro aspecto podemos até criarmos em nossa imaginação, que após anos de extinção da escola, que em seu universo de fontes variadas, nem sempre constitutivas de séries completas, muitas vezes fragmentárias, não se perdeu de vista “a lógica histórica”. Que, segundo Thompson (1981), é um método lógico de investigação adequado a materiais históricos. Tal lógica gera um discurso histórico disciplinado da prova que compreende diálogo entre conceito e evidência, hipótese de um lado e empiria de outro. Possibilitando assim ao





historiador criar e recriar quantas vezes for possível a biografia de um povo, de uma instituição, e de um sujeito oculto. Como é o nosso caso de pesquisa que são inúmeros sujeitos ocultos da história que estão segredados socialmente em uma instituição rural. Fatos estes, que se encontram nos estatutos de criação dos preventórios pelo Brasil, das Associações de assistência aos Lázaros e defesa contra a lepra. E os modos de cuidar, acolher, e reinserir o menor segregado, abandonado socialmente de nossas sociedades.

Todas estas crianças e jovens eram encaminhadas as instituições advindos de diversas cidades, como: Araguari, Belo horizonte, Bambuí, Itabira, Cascalho Rico, Estrela do Sul, Betim, Sabará, Colorado, Goiânia, Divinópolis, Patrocínio, Uberaba, Barbacena, Ubá, Tiros, Lagoa da Prata, Capelinha e entre outras, cujas as vagas eram classificadas a nível nacional, e cujas as características das instituições se propunha ações de ensino e aprendizagens em busca de reinserira-los na sociedade após o tempo de isolamento. Ao analisar os arquivos descobrimos também algumas profissões em que os pais exerciam: Agricultor, Lavrador, Catireiro, Chacreiro, Doméstica e inúmeras crianças em suas fichas de matriculas que não continha os dados das famílias por completo. E ou não poderiam a saber se quer quem era os seus pais.

Assim, na busca da interpretação dos sujeitos ocultos ou dos encontros em livros de matriculas e nas fichas de cadastros o fato de ocultar a história da existência de crianças, adolescentes e jovens que se encontravam no educandário. Faz-se pensar na ambiguidade destinada da ação do homem sobre o sigilo de classes, ou seja, seria possível a existência de crianças, adolescentes e jovens que ali residiram e estudaram cujos pais não queriam ser identificados socialmente? Ou ainda, estes sujeitos ocultos eram das altas estaquias sociais, assim permitiram que anulassem a existência de seus filhos em preventórios pelo país? Perguntas estas que talvez consigam uma resposta em etapas futuras da pesquisa.

Mas o que se sabe é que

Segundo Meneses (2005, p. 28) “o documento é um suporte de informação. (...) É, pois, a questão de conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala”. É então que falamos de um último condicionamento: os questionamentos e a visão de mundo contidos no trabalho em questão encontraram coerência em determinado posicionamento teórico que torna possível conduzir a abordagem de fontes oficiais, como a legislação e a documentação administrativa do Estado ou de entidades privadas, procurando nelas os indícios da história contada pelos sujeitos que estes mesmos documentos visam conter. Em outras palavras, para a educação do povo





no século XIX, tratava-se de ver este material “a partir de baixo” (THOMPSON, 2001). P.35

Assim, toda a história escrita e transpassada pelos documentos contidos nos arquivos da instituição escolar, por mais que analisemos e tentamos encontrar respostas existentes, ainda existem questões que só saberemos dar sentido a elas a partir dos sujeitos narrados, sobre as medidas de encontros pessoais com os próprios sujeitos que ali fizeram daquele espaço a sua história de vida. Mas para tal, até aqui os documentos nos ajudam a condicionar e argumentar questões relativas do mundo visionário de uma instituição acolhedora, em que o posicionamento central era acolher para reinseri-los socialmente.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomos aqui um artigo cujas as características se dá pela defesa das vidas, de uma ideia que é a (a lepra), de um ponto de vista. Buscamos a partir dos dados encontramos a descrever de forma dissertativa como se trabalha com argumentos, com fatos, com dados, que utiliza para reforçar ou justificar o desenvolvimento de suas ideias. Que por sinal dá-lhe diretos de propor soluções sobre a resolução de um problema, da qual extrai hipóteses para solucioná-la. E são justamente estas hipóteses que são trabalhadas ao longo deste artigo e, conforme ela é desenvolvida, são descartadas ou comprovadas.

Portanto, qual o problema dado no proposto estudo? Diga-se que se antes a segregação dos doentes era a principal arma contra a doença, na década de 1950 ela começa a ser questionada: além de não ter reduzido o número de doentes existentes no país, dificultou a notificação de novos casos, uma vez que, com medo do isolamento, muitos doentes fugiam e se escondiam das autoridades de saúde; aumentou ainda mais o estigma e o pavor em relação à lepra; destruiu milhares de famílias e a vida de muitos doentes que nunca aceitaram o isolamento.

Além disso, outros objetivos foram oportunamente trabalhados como a inserção das famílias, crianças, adolescentes e jovens em instituições pelo país em busca de sanar as suas doenças, intuições estas que eram fomentadas pelos três órgãos federativos. E que cujas ações contidas nestas casas de acolhimentos eram debatidas pelo ministério de saúde pública em que o fim do isolamento compulsório obrigou os médicos e autoridades de saúde a pensarem na condição social do doente. A cura, ou melhora clínica, para a lepra não era o suficiente para acabar com o medo dos “sadios” em relação aos doentes.





Assim por quatro décadas a instituição educandário de Araguari Eunice Weaver, buscou a trabalhar na concepção de acolhimento, inserção e reinserção educativa daqueles que eram encaminhados aos seus cuidados. A vista disso, é o que as fontes nos formam dados e informações da pesquisa histórico bibliográfico, quantitativo em que busca de definir e a identificar os sujeitos adoentados pela hanseníase “lepra” como um ser social. Além do mais, os arquivos históricos, entrevistas, além de material falado, escrito pela imprensa nos proporcionam e formam instrumentos utilizados para a coleta de dados. Sendo estes, os matérias deste artigo que se encontram diante do padrão da pesquisa em que se faz o chão de toda a ação dada na busca de justificar com as representações ao modelo aplicado pela sociedade local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva [et al.]. **Conselho escolar e a relação entre a escola e o desenvolvimento com igualdade social**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

ARAÚJO, Oscar da Silva. **Profilaxia da Lepra e das Doenças Venéreas no Brasil e a atuação do Departamento Nacional de Saúde Pública**. Arquivos de Higiene, 1927. 195-254.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.156 de 08 de março de 1904. Código Sanitário, Regulamento dos serviços Sanitários a cargo da União, da Diretoria Geral de Saúde Pública. **Coleção de leis do Brasil**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislação>>. Acesso em 30 abr. 2023.

BRASIL. Decreto Federal nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923. Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública. **Coleção de leis do Brasil**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislação>>. Acesso em 30 abr 2023.

CARR, E. H. **O que é História?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CURI, Luciano Marcos. **Defender os sãos e consolar os lázaros: lepra e isolamento no Brasil 1935-1976**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2002

MENESES, João. **Metodologia da pesquisa**: elementos para elaboração de trabalhos acadêmicos. Porto Alegre: Atlas, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

